

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.306 - BA (2019/0003544-1)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : FERNANDO DOMINGOS LUMES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : IVAN JEZLER COSTA JUNIOR - BA022452  
ADRIANNE MUNIZ DE MORAES - BA014617  
LUCAS SANTOS GOMES - BA056286  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **FERNANDO DOMINGOS LUMES** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Colhe-se dos autos que o recorrente, preso preventivamente, foi condenado à pena privativa de liberdade de 7 (sete) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime fechado, pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, oportunidade na qual foi mantida a segregação cautelar.

Neste recurso, sustenta que: **a)** "o *periculum libertatis* não se faz presente, visto que não foi revelada a existência de elementos concretos para a manutenção da medida cautelar extrema" (e-STJ, fl. 52); **b)** "não há necessidade da custódia cautelar, poisé tecnicamente primário, com residência fixa" (e-STJ, fl. 54).

Pleiteia a revogação de sua custódia provisória ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

#### **É o relatório.**

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a sentença condenatória manteve a segregação cautelar do recorrente, pelos seguintes fundamentos:

"Na denúncia, o Ministério Público narra que no dia 09.05.2016, por volta das 20:30 horas, no povoado do Recife, o indiciado foi preso por trazer consigo 325 gr. [...] da substância conhecida popularmente como maconha, conforme laudo preliminar de constatação de fl. 16. Narra que os policiais militares estavam realizando rondas na região de Cafarnaum/BA, ocasião que foram informados por populares acerca de homens que estavam realizando tráfico de drogas e exibindo armas de fogo no citado povoado. Os militares seguiram para o endereço indicado, onde localizaram vários indivíduos sentados na calçada, consumindo bebidas alcoólicas, dentre eles o denunciado, que estava portando uma mochila plástica. Após avistarem a viatura da polícia, os referidos homens começaram a correr, sendo que o indiciado foi perseguido e capturado, sendo encontrada a droga apreendida em seu poder.  
[...]

# Superior Tribunal de Justiça

Os policiais foram firmes em dizer que a droga foi encontrada com o réu, especificamente na sua bolsa/mochila.

[...]

Daí se poder concluir que a quantidade apreendida seria suficiente para converter-se em, até, quase 450 [...] unidades de consumo (buchas), *quantum* bastante elevado o que demonstra a magnitude local do tráfico realizado pelo réu.

Faço constar que não foi encontrado destrinchador de maconha, isqueiro, fósforos.

Destarte, as alegações do réu de que seria apenas usuário são desprovidas de quaisquer provas e não encontram nenhum fundamento que as sustentem.

Já com a denúncia do presente autos, o réu estava inclusive respondendo na Comarca de Feira de Santana/BA, Ponta Porã/MS e como mesmo disse, respondeu no Estado de São Paulo, denota sua personalidade voltada à prática delitiva, fortalecendo um fundado receio de que faça da traficância seu meio de vida. Tendo inclusive suspeita de ter participado do ataque a empresa de valores no Paraguai, amplamente noticiado pela imprensa brasileira.

Assim, havendo nos autos prova da materialidade e autoria delitiva acerca do tráfico de drogas exercido pelo acusado, como ocorre no presente caso, a condenação é medida impositiva.

Portanto, resta devidamente comprovada a prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06, na modalidade trazer consigo droga em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

O histórico do ora acusado não pode ser de todo desprezado, pois aponta para a existência de repreensível conduta social, autorizando apenamento mais severo. Entendimento contrário implicaria violação do princípio da proporcionalidade e individualização da pena, pois inadmissível que alguém que jamais tenha se submetido a qualquer medida socioeducativa ou a ação penal receba o mesmo tratamento penal que um indivíduo dado à prática de crimes, ao qual não convém seja conferida a condição de neófito no universo da delinquência" (e-STJ, fls. 886-891).

Conforme consignado pelas instâncias ordinárias, o paciente apresenta maus antecedentes, respondendo a diversas ações penais em vários estados da Federação, o que justifica sua segregação cautelar para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes desta Corte:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução

# Superior Tribunal de Justiça

criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do paciente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a quantidade de entorpecente apreendido em seu poder (900g de maconha), bem como petrechos da atividade criminosa, armas e munições variadas.

III - Outrossim, a segregação cautelar justifica-se também pelo fundado receio de reiteração delitiva, em virtude dos péssimos antecedentes criminais do paciente.

Recurso ordinário desprovido."

(RHC 80.760/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017)

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, foi destacado pelas instâncias ordinárias que o recorrente é inclinado à prática de crimes, pois ostenta maus antecedentes, inclusive por delito da mesma natureza (condenação por delitos contra o patrimônio e registros de processos por tráfico de drogas e associação para tráfico), o que, por si só, justifica a prisão preventiva para garantia da ordem pública. Precedentes.

3. Recurso em *habeas corpus* improvido."

(RHC 80.785/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 06/04/2017)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Por fim, esta Quinta Turma firmou orientação no sentido de que "não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva" (RHC 100.868/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 19/09/2018).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**  
Relator

